



Apresentação do Dossiê “História Pública, Mídias Digitais e Perspectivas para o Ensino de História”

Daniel Ferreira da Silva¹

Marcelo de Souza Silva²

Temos o prazer de apresentar neste número da Revista Horizontes Históricos o dossiê “História Pública, Mídias Digitais e Perspectivas para o Ensino de História”. A proposta nasceu dos debates que aconteceram desde pelo menos 2020, quando os proponentes se envolveram nas atividades da disciplina de História Pública e Ensino de História, ministrada no curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Naquele contexto, em meio à pandemia de COVID-19, o acesso às redes sociais, mídias digitais e demais elementos da chamada Web 2.0 parecia não só mais uma opção para a promoção do conhecimento histórico, mas, sim, praticamente o único caminho para a manutenção do ensino/aprendizagem da disciplina, tanto na formação docente quanto na atuação profissional nas salas de aula do Ensino Básico no Brasil. Assim sendo, este dossiê vem colocar em evidência as reflexões que, se não começaram naquele contexto, têm se desenvolvido grandemente a partir de então. Antes, porém, de apresentarmos os textos que compõem este número, cabem algumas considerações conceituais relevantes sobre a área da qual trataremos aqui.

O que hoje conhecemos como História Pública pode ser entendido como um conceito ainda pouco familiar para alguns no âmbito das cátedras universitárias. Trata-se de uma abordagem científica que busca ampliar os debates sobre o conhecimento histórico, a consciência histórica e o desenvolvimento de uma memória coletiva e compartilhada na sociedade contemporânea.

¹ Professor de História na Rede Estadual de Educação do Paraná, mestrando em História Pública no Programa de Pós-graduação em História Pública (PPGHP) da UNESPAR. Especialista em Ciências Humanas aplicadas ao mundo do Trabalho pela UFPI e graduado em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

² Licenciado e Bacharel em História pela Unesp/Franca, Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como professor Adjunto III na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, na área de História do Brasil do curso de licenciatura em História.

O termo surgiu em meados da década de 1970 nos Estados Unidos e na Inglaterra, países de língua inglesa onde se utiliza a nomenclatura *Public History*. Nos Estados Unidos, a História Pública desenvolveu-se inicialmente a partir de cursos de pós-graduação destinados à profissionalização de historiadores recém-formados que, devido à saturação do mercado acadêmico, buscavam alternativas de atuação fora das universidades. Esse movimento permitiu a ampliação de campos como a museologia, a arqueologia, a história digital, entre outros, moldados pelas necessidades locais e regionais. Oliver Dumoulin (2017) explica que essa expansão respondeu ao crescimento da demanda por profissionais qualificados em um mercado voltado para a preservação e a interpretação da memória.

Na Inglaterra, a História Pública está associada às perspectivas da nova esquerda inglesa, que influenciou o surgimento de uma abordagem historiográfica baseada na ideia de “história vista de baixo”. Essa perspectiva valoriza as narrativas, memórias e compreensões de indivíduos que vivenciaram diretamente os eventos históricos, bem como os conhecimentos transmitidos oralmente ou tradicionalmente pelas classes populares. Assim, a História Pública anglo-saxônica busca integrar vozes frequentemente marginalizadas nos discursos históricos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva.

Essas abordagens ganharam força com as iniciativas de Raphael Samuel, que iniciou um processo de publicização nos cursos profissionalizantes noturnos, semelhante ao caso brasileiro da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas atrelados a uma formação técnica.

Ademais, nos Estados Unidos, temos o surgimento do que chamamos de História Digital ou *Digital History*. Essa abordagem está vinculada ao uso das novas mídias, que, à época, passavam por um processo de transição. É importante destacar que a História Digital surgiu com uma perspectiva diferente da que conhecemos atualmente. A princípio, sua funcionalidade estava atrelada a noções estatísticas e organizacionais, especialmente relacionadas à administração do patrimônio, conforme apontam Seefeldt e Thomas (2009).

A história digital pode ser amplamente entendida como uma abordagem para examinar e representar o passado através do uso de novas tecnologias de comunicação, como computadores, a rede da internet e sistemas de software. Em um nível, a história digital é um campo aberto de produção e comunicação acadêmica, englobando o desenvolvimento de novos materiais de curso e esforços de coleta de dados acadêmicos. Em outro nível, a história digital é uma abordagem metodológica moldada pelo poder hipertextual dessas tecnologias para criar, definir, consultar e anotar associações no registro humano do passado. Fazer história digital, então, não é apenas digitalizar o passado, mas muito mais do que isso. É criar uma estrutura através da tecnologia para as pessoas poderem experimentar, ler e seguir um argumento sobre um grande problema histórico. (Seefeldt; Thomas, 2009, p.2)³

³ Tradução nossa.

Vale destacar o compromisso assumido pelos estudiosos da História Digital, que não apenas organizam e estruturam dados, mas também criam e reinterpretem narrativas históricas. Ao facilitar o trabalho e as análises de outros historiadores, esses profissionais expandem os horizontes da pesquisa histórica ao integrar recursos tecnológicos e dados digitais. Assim, a História Digital transcende a mera digitalização de documentos e fontes primárias, migrando para um campo mais dinâmico, que explora a coleta, organização e análise de dados em grande escala.

Essa abordagem ressoa com as ideias de Serge Noiret (2020), que enfatiza a importância da História Pública Digital na construção de narrativas mais acessíveis e interativas, capazes de dialogar com o público geral e outros especialistas. Para Noiret, a História Pública Digital não se limita à disseminação de conteúdos históricos em plataformas digitais, mas incorpora um compromisso ético e metodológico de construir conhecimento histórico colaborativo, inclusivo e voltado para a análise crítica das dinâmicas informacionais contemporâneas.

Ao integrar essas noções, a História Digital se apresenta como uma ferramenta poderosa não apenas para preservar o passado, mas também para reinterpretá-lo em um contexto digital, ampliando as possibilidades de análise e promovendo diálogos mais plurais entre o público e o historiador. No que concerne às mídias, é importante destacar que a propagação de notícias e informações foi significativamente transformada com o surgimento do rádio e da televisão. Esses meios de comunicação impactaram profundamente como os indivíduos consumiam e recebiam conteúdos, consolidando novos hábitos culturais e informacionais ao longo do século XX.

Já as mídias digitais, tal como as conhecemos hoje, emergiram com o advento da Web 2.0, que marcou o início de uma era de redes de sociabilidade e compartilhamento de conteúdo. Entre as primeiras plataformas dessa geração, destacam-se redes sociais como o *Orkut* e o *Myspace*, que estabeleceram os alicerces para as interações digitais e a produção colaborativa de conteúdo. Embora muitas dessas redes tenham sido descontinuadas, outras, como o *YouTube*, transcenderam suas origens e se tornaram plataformas globais e multiculturais.

O *YouTube*, lançado em 2005, é um exemplo paradigmático de uma mídia digital que transformou o cenário da comunicação e da produção de conhecimento. Como uma plataforma onde os próprios usuários são os principais produtores de conteúdo, ela abriu espaço para a democratização da criação e da disseminação de ideias (Burgess, Green, 2009). Contudo, essa abertura também trouxe desafios, como a proliferação de indivíduos que se posicionam como especialistas em áreas como História, mas que carecem de formação acadêmica ou rigor metodológico. Esses “corsários históricos”, navegando no vasto mar da internet, disseminam conteúdos que frequentemente carecem de embasamento científico, contribuindo para a propagação de desinformação e simplificações

inadequadas de temas complexos. José D'Assunção Barros escreve algo interessante quando menciona essa nova classe:

Entre os influenciadores, surge até mesmo uma nova profissão: a dos *YouTubers*. Há alguns extremamente competentes e habilidosos nas suas esferas de saber ou práticas mais específicas, mas há outros que parecem ter emergido de uma pequena multidão de aventureiros virtuais sem nenhum tipo de conhecimento específico ou talento que não a capacidade de encontrar o tom certo para cativar aqueles que se inscrevem nos seus canais. Eles discutem de tudo. Sem nenhuma exigência de especialização em nutrição, anunciam regimes; sem formação científica, falam sobre física quântica e, para preocupação dos historiadores, de História. A pseudociência também encontra entre eles os seus defensores, e os tempos recentes assistiram ao surpreendente retorno daquela crença que não se via já há alguns milênios: a Terra tornou-se novamente plana para uma parcela significativa. As vacinas tornaram-se nocivas e grassam as teorias da conspiração. Bobagens impressionantes são declamadas em tons solenes. Tudo isto oferece um vasto campo de estudos para os historiadores das mentalidades, do comportamento, da vida cotidiana, e da cultura de maneira geral (Barros, 2022, p.79).

Essa realidade reforça a importância da História Digital e Pública como contrapontos críticos, capazes de fornecer ao público ferramentas para avaliar a qualidade e a credibilidade das informações históricas disponíveis online. Ao mesmo tempo, desafia historiadores e educadores a ocuparem esses espaços digitais de maneira mais ativa, garantindo que o conhecimento histórico seja apresentado com rigor, acessibilidade e relevância, sem perder de vista os desafios éticos e metodológicos que essa nova era impõe.

Em contrapartida, temos uma nova geração que muitos consideram os “nativos digitais”, supostamente dotados de domínio e pleno exercício da diversidade tecnológica que emergiu de forma desenfreada após o boom da interatividade digital e das redes sociais. Bruno Leal nos lembra de Marc Prensky, autor do termo, que explica: essas pessoas “passaram suas vidas inteiras usando computadores, videogames, tocadores de música digital, câmeras de vídeo, telefones celulares e vários outros brinquedos e ferramentas da era digital” (Carvalho, 2016, p. 16).

Mas a pergunta que fica é: como todo esse trabalho desenvolvido aqui com foco na história pública e na história digital, por meio de mídias digitais, influencia nossas práticas como historiadores-docentes? Em um contexto de atenção voltada para o que chamamos de plataformas de atualização do ensino – especialmente no ensino de História – suas consequências impactaram diretamente a interlocução e a mediação do conhecimento histórico na sala de aula.

Dentro do que consideramos imprescindível no que concerne aos temas mencionados, este dossiê busca incentivar a interação entre pesquisadores-docentes, proporcionando espaços de colaboração nos quais novos historiadores possam compartilhar suas experiências e práticas pedagógicas, especialmente no uso das novas mídias digitais. Dessa forma, possibilita-se a promoção da inovação no ensino de História por meio da adoção de tecnologias digitais que diversifiquem e

modernizem as metodologias de ensino. E o desenvolvimento de uma comunidade de aprendizagem que potencialize a troca de experiências entre historiadores-docentes, permitindo a adaptação e a replicação de práticas exitosas em diferentes contextos educacionais.

Este dossiê reúne 15 artigos que exploram as interseções entre História Pública, mídias digitais e metodologias inovadoras no ensino de História, oferecendo reflexões que dialogam com as demandas contemporâneas da educação e da disseminação do conhecimento histórico. No campo do ensino, a revista conta com o artigo do historiador Guilherme Cardinale de Araújo, **“Cinema e Educação Histórica: A Utilização dos Filmes para o Ensino de História através da Aula-Oficina”**, que aborda o uso do cinema como ferramenta pedagógica no ensino de História, por meio do modelo de aula-oficina. Essa abordagem destaca como a análise contextual de filmes pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica. No mesmo campo, temos também a contribuição dos historiadores Taylon Jefferson da Silva Machado e Reinaldo dos Santos Barroso Junior apresentam **“Cinema Insurgente: A Ação Extensionista ‘Cine Balaiada’ como Combate ao Racismo na Educação Básica na Cidade de Caxias-MA”**, um relato sobre a utilização de filmes para promover debates étnico-raciais e valorizar a memória afrodescendente em um cenário marcado pela desigualdade social. O historiador Herik Eduardo Sousa Alves, ainda na área do cinema, em **“A Nova História e as Novas Linguagens: Possíveis Usos Didáticos da Série Andor (Disney, 2022) sobre o Ensino de História da Ditadura Civil-Militar Brasileira”**, nos elucida sobre o uso de séries de streaming como ferramentas para abordar temas complexos da história recente, integrando metodologias da Nova História.

Complementando as análises sobre possibilidades para o ensino de História, José Victor Ferreira Rocha dos Santos, em **“Jogos para o Ensino de História: Relato de Experiência do Uso do Lúdico no Contexto da Pandemia da COVID-19”**, e Larissa Barbosa Costa, com **“Quiz e História: O Uso do Lúdico na Aula de História em uma Escola Pública de Educação Básica na Bahia”**, discutem como jogos e gamificação podem tornar o aprendizado mais dinâmico e participativo.

No campo da mídia digital, o texto de Daniel Ferreira da Silva, Cyntia Simioni França e Beatriz Carazzai Pereira, **“Podcasts e as Narrativas Públicas: (In)Formação Histórica!?”**, analisa o impacto dessa mídia como ferramenta de disseminação do conhecimento histórico, enquanto César Agenor Fernandes da Silva e Marcelo de Souza Silva, em **“Os Desafios da História em Tempos de Negacionismo: Ensino na Produção de Podcasts”**, exploram como os podcasts podem combater o negacionismo histórico, promovendo a reflexão crítica entre os ouvintes. Por sua vez, Gabriela Cruz Abreu, com **“Casamento Perfeito: As Mídias Digitais e a Propagação de Negacionismos**

Históricos na Internet”, reflete sobre o papel das plataformas digitais na disseminação de falsas narrativas, destacando a responsabilidade dos historiadores em mediar o debate público.

A relação entre a História Pública e o papel político que os profissionais da área podem assumir é tratada por Carlos Eduardo da Cunha Borges, em **“A História Pública como uma Forma de Ativismo? Reflexões sobre Justiça Social e o Papel do Historiador Público”**, que destaca como os historiadores podem contribuir para a promoção de transformações sociais por meio de projetos digitais engajados. Claudia Regina Nichnig, em **“LEGH na Web: Refletindo sobre Mídias Digitais na Produção de uma História Engajada”**, aborda a produção de materiais pedagógicos feministas e anticoloniais para promover a inclusão no ensino de História.

Destacamos também os artigos de Cintia Fiorotti e Lucas Antônio Gemelli Dolejal, **“Interconexões entre Cinema e Ensino de História: Uma Experiência com a Perspectiva do Ensino como Pesquisa”**, e Lohana Jéssica de Carvalho, com **“História Pública e Ciberespaço: Problemáticas do Negacionismo Histórico e Revisionismo Ideológico no Tempo Presente”**. Ambos reforçam a importância de metodologias ativas e da atuação crítica dos historiadores frente às disputas narrativas e aos desafios do ensino em tempos de transformações digitais.

Por fim, os historiadores Márjorie Maria Carneiro Pires e Gustavo Manoel da Silva Gomes, nos trazem uma minuciosa reflexão em **“Sociedade em Rede: Palco de Ação do Professor Público e Digital”**, exploram como a História Pública e Digital amplia o papel do professor, integrando o universo cibernético à prática docente. Essa abordagem se conecta ao trabalho de Bruna Morrana dos Santos Cavalcante, **“Estudando História em Tempos de Pandemia: Uma Experiência de Divulgação nas Plataformas Digitais”**, que reflete sobre como as redes sociais democratizam o acesso ao conhecimento histórico e promovem trocas significativas entre acadêmicos e educadores. No percurso dessa reflexão, temos o artigo **“É possível estudar história no Tiktok?”** dos historiadores Gabriel Antonio Butzen e Tereza Maria Spyer Dulci, que nos propõe pensar sobre o uso do TikTok como ferramenta educacional no ensino de História.

Assim, concluímos esta apresentação desejando que os leitores se sintam instigados a participar dos debates ensejados por esta coleção de trabalhos. Ao navegar por este dossiê nosso objetivo primordial é de que possam refletir sobre o papel da História no século XXI, considerando como as mídias digitais, as narrativas audiovisuais e as metodologias inovadoras podem transformar o ensino e a pesquisa no campo da História Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **História digital: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Editora Vozes, 2022.

- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital**. São Paulo: Aleph, v. 24, 2009.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Nativos digitais, imigrantes digitais: quinze anos depois.
- BUENO, André. CREMA, Everton. ESTACHESKI, Dulceli. **Para um Novo Amanhã**: visões sobre aprendizagem histórica. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição LAPHIS/Sobre Ontens, 2016.
- DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Autêntica, 2017
- SEEFELDT, Douglas. THOMAS, William G. III, "What is Digital History? A Look at Some Exemplar Projects" (2009). **Faculty Publications**, Department of History. 98. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/historyfacpub/98>. Acesso em: 23/12/2024